

CIMLT

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

**SESSÃO DA
ASSEMBLEIA
INTERMUNICIPAL
DA CIMLT**

ACTA Nº 2
DE
28 / 12 / 2009

**ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
DA LEZÍRIA DO TEJO**

ACTA Nº 2

SESSÃO ORDINÁRIA

Dia 28 de Dezembro de 2009

Início da Sessão: 21.20 horas

Términus da Sessão: 23.45 horas

Presidente da Mesa: Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz

Vice-Presidente da Mesa: Ana Carla Ferreira Gonçalves

Secretária da Mesa: Carla Cristina Rodrigues Dias



**ACTA DA SEGUNDA SESSÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO (CIMLT)**

--- Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo, edifício sede da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efectuada ao abrigo do disposto nos termos do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aplicável por determinação do artigo 9.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, e da alínea a) do artigo 13.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus deputados. Os respectivos trabalhos tiveram início pelas 21.20 horas.-----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da CIMLT: Carlos Manuel Russo Mota, José Francisco Correia Afonso Marouço, Teresa Isabel Almeida Filipe, Maria Manuela Santos Ferreira Cunha, Ana Sofia Fonseca Casebre, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Inês da Nóbrega Guilherme Pimenta D'Aguiar, Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, António Pratas Cardoso, Rui Augusto Nabais, Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, Pedro Raimundo Duarte Coelho, António José Rodrigues, Carlos Alberto Salvador Pernes, Carlos Orlando Mendes Pauleta, Ana Carla Ferreira Gonçalves, Bernardo António Palheta Serra, Sónia Patrícia da Silva Ferreira, Maria Manuel Simão, Rodrigo António F.A. Rodrigues, Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, Fernando Manuel Duarte dos Santos, Francisco José Velez Gaspar, José Joaquim Jesus Braz, Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino, Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira, Filipe Claro Justino, Artur Fernando Salgado, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Liliana Catarina Barroso de Sousa, Pedro Miguel dos Santos Queimado, Maria Manuela da Guia Núncio Lucas, Lúcio Manuel Fernandes Marques D'Oliveira, Carla Cristina Rodrigues Dias, Albino da Piedade Pereira, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, António Manuel da Silva Moreira, Jorge Alberto

Cosme de Sousa Roberto, Patrícia Cachulo Pote, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão, Carlos Manuel Neves Leal, João Maria da Silva Travessa Filipe, Hélder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo, Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins, Eduardo José Russo Gomes, Rui Manuel Presúncia de Jesus, Manuel Maria Lagos Pedroso, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz e Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto. -----

--- Faltaram à sessão os seguintes membros: António Pedro Mendonça Vieira e António Manuel Silva Arribança.-----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos da Sessão: -----

--- Período Antes da Ordem do Dia;-----

--- Ordem do Dia:-----

--- 1 – Apreciação da Actividade da Comunidade Intermunicipal;-----

--- 2 – Apreciação e Votação de Proposta de Regimento da Assembleia Intermunicipal;-----

--- 3 – Apreciação de Análise Sumária e Demonstrações Financeiras Intercalares reportadas ao final do 1.º Semestre de 2009 e do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas;-----

--- 4 – Apreciação e Votação de Proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2010;-----

--- 5 – Apreciação e Votação de Proposta de Designação de Secretário Executivo.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, para que tomassem posse os elementos da Assembleia Intermunicipal que não o tinham efectuado na sessão de instalação, sendo eles: Sónia Patrícia da Silva Ferreira, António Pedro Mendonça Vieira, Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino e João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira. Voltou a não tomar posse António Pedro Mendonça Vieira, por ter faltado à presente sessão. Solicitou aos elementos do Bloco de Esquerda que

contactassem António Pedro Mendonça Vieira para se saber se a Assembleia Intermunicipal deveria proceder à sua substituição.-----

--- **Período Antes da Ordem do Dia:**-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, referindo que o Regimento da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, que aliás iria ser objecto de apreciação e discussão, era muito claro quanto à duração do Período Antes da Ordem do Dia, que seria de uma hora. Se se prolongasse por, eventualmente, mais meia hora teria de ser objecto de votação pelos membros da Assembleia Intermunicipal. Nesse sentido, a senhora Presidente perguntou aos senhores membros da Assembleia Intermunicipal se tinham moções para apresentar, porque dependeria da apresentação dessas moções o tempo que seria dado a cada Partido na sua intervenção no Período Antes da Ordem do Dia. Referiu também que, como metodologia, iria aceitar inscrições apenas no início do Período Antes da Ordem do Dia, para que a Mesa pudesse distribuir o tempo pelas diversas forças políticas.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias (PSD)**, solicitando à Mesa que intercedesse junto do Conselho Executivo da CIMLT, no sentido de instalar na sala umas bancadas para que os membros da Assembleia Intermunicipal pudessem colocar a documentação a utilizar durante as sessões. Referiu que era um bocadinho doloroso trabalhar nas actuais condições.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Alberto Salvador Pernes (CDU)**, solicitando ao Conselho Executivo da CIMLT melhores condições de trabalho.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira (PS)**, apresentando a seguinte Moção: “O grupo intermunicipal do Partido Socialista submete a esta Assembleia a seguinte moção: Após várias diligências por parte do Executivo da Câmara Municipal de Coruche junto da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, sobretudo no decorrer do mandato de 2005 a 2009, o Ministério da Saúde optou pela instalação do Serviço de Urgência Básica em Coruche, nas instalações do até então

designado por Centro de Saúde ou serviço de Atendimento Permanente. Para isso foi necessário proceder à realização de obras no edifício a fim de adaptar o mesmo às novas funções exigidas. Entende esta assembleia intermunicipal, reforçando o já deliberado por unanimidade na Assembleia Municipal de Coruche, ser a sede do Concelho de Coruche a localização ideal para o SUB visto que é na Vila de Coruche e sua periferia que reside a maior parte da população do Concelho. Seria de todo injustificável, por isso nunca concordamos, que esta unidade se localizasse num dos extremos geográficos do concelho, afastada do principal núcleo populacional, tal como outros procuraram em tempos defender. Reconhece esta Assembleia todo o mérito ao Sr. Director da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, bem como ao último executivo municipal pelo facto de tornarem esta obra possível. Mas é também necessário dotar este SUB de recursos materiais e humanos suficientes para servir as populações dele dependentes, de modo a assegurar o direito e o acesso à saúde constitucionalmente consagrado. Neste domínio têm sido constatadas algumas carências tendo por consequência sido prestado um serviço que pode seguramente ser melhorado, tanto no SUB como nas extensões localizadas nas sedes de Freguesia de Lamarosa e Biscainho. Refira-se que, numa e noutra Freguesia, desde Novembro último que o médico não se desloca à Extensão Local de Saúde, enquanto que nos últimos anos havia um médico 2 a 3 vezes por semana. Também devemos salientar o facto de em boa hora a Câmara Municipal de Coruche e o SUB terem constituído uma unidade móvel de saúde que percorre todo o concelho. Louvamos esta atitude cujos efeitos têm sido bastante positivos para as populações das diferentes freguesias, no entanto o serviço a prestar pode ser melhorado tecnicamente e por isso deixamos o alerta aos serviços de Saúde competentes para este efeito. Assim, chama esta Assembleia Intermunicipal a atenção da ARS para as questões agora apresentadas, solicitando correcção das mesmas a fim de se proporcionar às populações um melhor serviço de saúde. Deverá ser dado conhecimento do teor desta moção: à unidade de Saúde Familiar do Vale do Sorraia; à CES da Lezíria – Centro de Almeirim; à



Administração Regional de Saúde e Vale do Tejo; ao Governo Civil de Santarém; ao Ministério da Saúde; à Comunicação Social Regional.”-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Joaquim Jesus Braz (CDU)**, apresentando a seguinte Recomendação: “Pela Garantia dos Serviços de Saúde com Qualidade: Considerando a reestruturação dos serviços em curso, a partir da ACES, e a criação das Unidades de Saúde Familiar; Considerando as características geográficas e demográficas de alguns dos Concelhos da CIMLT; Considerando que os concelhos do interior têm uma população envelhecida, com reformas da agricultura demasiado baixas; Considerando que os Concelhos são diferentes uns dos outros; Considerando que a SAÚDE é bem precioso a que temos direito; Recomendamos ao Conselho Executivo da CIMLT que faça todas as diligências junto das entidades responsáveis pela Saúde na Região para que a reestruturação dos serviços tenha em consideração as características de cada Concelho de forma a garantir a manutenção de Serviços de Saúde de qualidade para as nossas populações, se necessário com a contratação de novos Médicos que assegurem a substituição dos Médicos que estão na idade da reforma.” O senhor Deputado terminou a sua intervenção referindo que a Região tem Concelhos completamente distintos em termos de características. Assim, a Recomendação tinha sido apresentada no sentido de haver maior preocupação das entidades que estão a tratar esta matéria, de forma a analisarem caso a caso. Isto para que não se corresse o risco de ver populações sem serviços de saúde, quando se sabe das dificuldades que a população tem em deslocar-se aos grandes centros. Segundo o senhor Deputado, o Conselho Executivo da CIMLT tem uma posição privilegiada para tentar fazer diligências nesta matéria.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, apresentando a seguinte proposta: “Visando a realização do melhor trabalho possível por parte dos membros da Assembleia Intermunicipal, os eleitos do Partido Socialista propõe ao Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, a atribuição de um espaço aos diversos grupos políticos que dela fazem parte, que

torne possível a realização de reuniões de trabalho no sentido da melhor preparação dos eleitos para as Assembleias.” O senhor Deputado terminou a sua intervenção, solicitando melhores condições de trabalho durante as sessões da Assembleia Intermunicipal.-----

--- Submetida a votação a Moção sobre a instalação do Serviço de Urgência Básica em Coruche, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Submetida a votação a Recomendação “Pela Garantia dos Serviços de saúde com Qualidade”, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Moniz (PS)**, referindo que iria fazer chegar ao Conselho Executivo da CIMLT a proposta para que fosse atribuído um espaço para reuniões de trabalho dos grupos políticos, de preparação das Assembleias Intermunicipais, bem como o pedido de melhores condições de trabalho durante as sessões da Assembleia Intermunicipal.-----

--- Passou-se de seguida ao **Primeiro Ponto da Ordem do Dia - Apreciação da Actividade da Comunidade Intermunicipal**.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Manuela Santos Ferreira Cunha (CDU)**, solicitando que fossem melhorados os futuros relatórios de actividade da CIMLT, no seu conteúdo e na informação que traziam à Assembleia Intermunicipal. Em primeiro lugar, a senhora Deputada solicitou que os relatórios tivessem menos siglas, uma vez que se tratavam de documentos públicos e os senhores Deputados não seriam obrigados a conhecer o conjunto de siglas apresentado. Com os nomes por inteiro a informação tornar-se-ia mais democrática. A senhora Deputada prosseguiu a sua intervenção considerando que a informação apresentada deveria ter por objectivo levar a Assembleia Intermunicipal a acompanhar e a fiscalizar o funcionamento do Conselho Executivo e a contribuir para a sua melhoria. Por isso, a senhora Deputada gostaria de ter mais conteúdo e menos embrulho. Por exemplo, as informações sobre as reuniões pouco mais referiam do que a data da mesma, ficando



os membros da Assembleia Intermunicipal sem saber o que se disse nessas reuniões, porque é que ocorreram e o que se pretendeu com elas. Assim, na opinião da senhora Deputada, a informação que constava no relatório de actividades merecia ser mais descritiva e trazer mais conteúdo. A senhora Deputada prosseguiu a sua intervenção, colocando ainda algumas questões. Quis saber em que Concelhos se localizavam os 198 elevadores, referidos no relatório de actividades, aos quais foi feita inspeção. Quis saber também se estas inspeções tinham ocorrido na sequência de pedidos dos Municípios ou se se tratava de um plano delineado pelo Executivo para que houvessem inspeções regulares e distribuídas pelos diversos Concelhos. Pretendeu ainda informações sobre como ocorrem as medições de ruído. A senhora Deputada terminou a sua intervenção, fazendo uma última questão. Ainda como Vereadora da Câmara Municipal de Almeirim, a senhora Deputada tinha vindo assistir a algumas reuniões na base de um trabalho de preparação de uma futura Agenda XXI. Aliás, no site da CIMLT existia uma referência à Agenda XXI, mas não se compreendia se se tratava de um documento aprovado. A senhora Deputada disse supor que não, porque o mesmo nunca tinha passado pela Assembleia Municipal de Almeirim e nunca tinha sido debatido. Terminou solicitando que lhe fizessem o ponto de situação da Agenda XXI.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Moniz (PS)**, referindo que no anterior mandato a CIMLT tinha-se construído uma documentação cada vez mais amigável e decifrável com os contributos de todos e tal tinha permitido ir aperfeiçoando os documentos. Ainda assim, certamente que o Conselho Executivo iria acolher as novas propostas. A senhora Presidente referiu ainda que seria útil ao Conselho Executivo da CIMLT poder fornecer uma informação mais objectiva, que consubstanciasse aquelas que eram as propostas dos membros da Assembleia Intermunicipal.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, mencionando em primeiro lugar que as

actividades do Conselho Executivo e da Comunidade Intermunicipal eram actividades de carácter regional e que nem sempre era possível vir à sessão da Assembleia Intermunicipal esmiuçar aquilo que se fazia em cada um dos Concelhos. O senhor Presidente referiu que na última Assembleia tinha dado a entender que existia espírito de regionalização da parte do Conselho Executivo e que a informação que a Comunidade Intermunicipal dava tinha um carácter regional e não um carácter concelhio. Assim, solicitou aos senhores Deputados que quando quisessem porventura conhecer algum pormenor do que dizia respeito a um dos Concelhos, fizessem essa pergunta através da Mesa, sendo posteriormente fornecida a resposta que estivesse ao alcance do Conselho Executivo. O senhor Presidente voltou a frisar que os documentos presentes na Assembleia Intermunicipal eram feitos sempre numa perspectiva daquilo que era a Lezíria, toda a região no seu conjunto, embora a Comunidade fosse constituída pelos Presidentes dos onze Municípios associados, que na sua actividade não esqueciam aquilo que era a realidade de cada um dos seus Concelhos. Terminou a sua intervenção referindo que as sugestões que fossem apresentadas na Assembleia Intermunicipal seriam sempre usadas para aperfeiçoamento dos documentos e que seriam bem acolhidas pela CIMLT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, afirmando que a intervenção da senhora Deputada Manuela Cunha deveria estar a referir-se designadamente às actividades desenvolvidas pelo Secretário Executivo, isto porque no que dizia respeito às restantes actividades a descrição no relatório de actividades estaria detalhada. O senhor Secretário Executivo referiu que participava em várias reuniões, nas quais não se lavrava uma acta. Como exemplo disse que tinha estado na Câmara Municipal de Santarém com o senhor Vereador Ricardo Gonçalves, onde se estabeleceu a data da escritura da SRU. Essa reunião não tinha acta. No entanto, o senhor Secretário Executivo disse que não se importaria de fazer uma acta de todas as reuniões que tinha. Relativamente às inspecções dos elevadores, mencionou que poderia dar o número relativamente a



cada um dos Concelhos, mas se posteriormente determinado elevador era selado ou não, essa informação já teria que ser pedida de acordo com uma prestação de serviços que a CIMLT tinha. Ainda assim, se a Assembleia quisesse saber se determinado elevador era selado e teria uma nova vistoria, o senhor Secretário Executivo referiu que poderia pedir aos serviços da CIMLT para elaborarem o respectivo relatório, para fornecer à Assembleia Intermunicipal.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Manuela Cunha (CDU)**, começando por afirmar que no site da CIMLT o nome dela não constava na listagem de Deputados da Assembleia Intermunicipal. Prosseguiu a sua intervenção afirmando não estar na Assembleia Intermunicipal para desconversar. Relembrou que os senhores Deputados eram também fiscalizadores no espaço da CIMLT. E era essa informação no espaço da CIMLT que pretendia ver com conteúdo. Caso contrário, dispensava saber se o senhor Secretário Executivo tinha reunido com o senhor Vereador Ricardo Gonçalves. Se não sabia porquê, também dispensava saber que o senhor Secretário Executivo tinha tido essa reunião. A senhora Deputada esclareceu que não estava na Assembleia Intermunicipal para fiscalizar trabalhadores, mas sim para fiscalizar actividade política e, por isso, precisava conhecer a actividade da CIMLT e a sua intervenção na resolução dos problemas das suas populações. Assim, precisava saber os temas que estavam a ser acompanhados, o que se tratava nas reuniões e as conclusões a que se chegavam. Quanto à questão da inspecção de elevadores, a senhora Deputada referiu que era óbvio que não queria saber se ele tinha ficado parado no 3º andar ou no rés-do-chão, mas sim se havia um plano estratégico da Comunidade para fazer essas vistorias, visto que as Câmaras tinham delegado na CIMLT esta competência. Ao delegarem a competência caberia à Assembleia Intermunicipal verificar se ela estava a ser bem gerida, no sentido de não haver acidentes.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Moniz (PS)**, solicitando aos serviços da CIMLT que pudessem verificar e corrigir

os dados no site da CIMLT. Prosseguiu mencionado que não seria útil para ninguém se a Assembleia Intermunicipal tivesse um relatório muito exaustivo daquele que era o trabalho nas reuniões feitas pelo Conselho Executivo, atendendo a que haveriam questões que seriam objecto de negociação e que todos entenderiam que seriam do foro do Executivo da CIMLT e dos Municípios. De acordo com a senhora Presidente, a Assembleia Intermunicipal teria que conhecer as deliberações da CIMLT e do seu Executivo, mas haveriam processos negociais sobre os quais teria que haver algum recato e uma gestão muito rigorosa dessa mesma informação. A senhora Presidente esclareceu que esta era uma opinião pessoal, sem por em causa aquele que era o papel da Assembleia Intermunicipal, que era efectivamente o de fiscalizar a actividade do Executivo da CIMLT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Antão (PS)**, dizendo que os senhores Deputados da Assembleia Intermunicipal tinham na sua posse um registo daquilo que tinham sido as actividades da CIMLT durante um determinado período de tempo, mas que qualquer um, através da Mesa, poderia solicitar esclarecimentos adicionais sobre determinada reunião ou assunto. O senhor Deputado reforçou ainda aquilo que tinha sido o primeiro pedido por parte da CDU. Considerou que de facto o relatório de actividades tinha siglas a mais, difíceis de interpretar, como TGV e ETAR. Solicitou, assim, que a informação fosse muito mais democrática.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, explicando que a questão colocada pela colega de bancada teria sido a necessidade de uma maior objectividade na informação. Segundo o senhor Deputado, alguns conteúdos do relatório de actividades só dificultavam a leitura do documento ou acabavam por ter essa função. O senhor Deputado lembrou ainda que não tinha sido respondida a questão sobre o ponto da situação da Agenda XXI, cuja resposta seria importante. -----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Torres**, referindo que não existia nenhum plano estratégico relativamente aos elevadores,

estando tudo definido em Lei, tendo a CIMLT de fazer inspecções aos elevadores de dois em dois anos. Explicou ainda que a CIMLT tinha um sistema de informação geográfica que alertava quais eram os elevadores que necessitavam de inspecção. Esse alerta era comunicado ao prestador de serviços, para este que fizesse a referida inspecção ou re-inspecção do elevador. Não havia nenhum plano estratégico. Tudo isto estava legislado em Lei, tal como acontecia com as escadas rolantes nos centros comerciais, os monta-cargas, etc. Quanto à Agenda XXI, o senhor Secretário Executivo referiu que se tratou de um documento elaborado com o consenso dos 11 Presidentes de Câmara da Lezíria, que serviu de suporte à contratualização do QREN. Referiu ainda que tinha sido com base no documento final da Agenda XXI da Lezíria do Tejo, cujas reuniões preparatórias foram muito participadas, que a CIMLT conseguiu que a Lezíria tivesse contratualizado com a CCDR do Alentejo 72 milhões de Euros. O senhor Secretário Executivo explicou que para que a CIMLT pudesse contratualizar tinha que apresentar um programa territorial de desenvolvimento regional, aprovado pela Comissão de Acompanhamento do QREN. Assim, foi através da elaboração da Agenda XXI que a CIMLT fez o Programa Territorial de Desenvolvimento Regional, que foi aprovado pela CCDR Alentejo e que permitiu contratualizar os referidos 72 milhões de Euros. Este montante iria permitir aos Municípios da Lezíria realizar investimentos em diversas áreas no período entre 2007 e 2013.-----

--- Passou-se de seguida ao **Segundo Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta de Regimento da Assembleia Intermunicipal.**-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Moniz (PS)**, referindo que a presente sessão da Assembleia Intermunicipal estava a ser regida por um Regimento aprovado em 29 de Abril de 2009, que tinha sido objecto de uma revisão no anterior mandato. Segundo a senhora Presidente seria necessário efectuar algumas adaptações, que decorriam do facto da Assembleia

ter passado a ter movimentos independentes. A senhora Presidente propôs que a Assembleia Intermunicipal constituísse um grupo que pudesse trabalhar, até à Assembleia ordinária seguinte, uma proposta de Regimento que atempadamente pudesse ser consensualizada e enviada aos restantes membros da Assembleia, para que fosse distribuída e votada na sessão seguinte. A senhora Presidente solicitou às diferentes forças políticas que indicassem o representante que iria integrar o referido o grupo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Pernes (CDU)**, dizendo que a proposta da senhora Presidente vinha ao encontro das preocupações da bancada da CDU. Adiantou ainda que o Regimento poderia ser melhorado, uma vez que tinha algumas lacunas e contradições.-----

--- Para integrar o grupo de trabalho que iria apreciar o Regimento da Assembleia Intermunicipal da CIMLT foram indicados os seguintes membros:-----

--- Pelo PS - Mara Lúcia Lagriminha Coelho;-----

--- Pelo PSD - Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins;-----

--- Pela CDU - Ana Carla Ferreira Gonçalves;-----


--- Pelo BE - Jorge Alberto Cosme de Sousa Roberto;-----

--- Pelo MICA - Ana Sofia Fonseca Casebre;-----

--- Pelo GIGA - Lúcio Manuel Fernandes Marques D'Oliveira.-----

--- Passou-se de seguida ao **Terceiro Ponto da Ordem do Dia - Apreciação de Análise Sumária e Demonstrações Financeiras Intercalares reportadas ao final do 1.º Semestre de 2009 e do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas.**-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Manuela Cunha (CDU)**, mencionando que o parecer do Revisor Oficial de Contas, no ponto 6.2, referia que o decréscimo do activo e passivo, comparativo com o semestre anterior, era de facto cerca de 13 milhões de Euros, resultando basicamente da transferência de um conjunto de obras e projectos já concluídos para as entidades beneficiárias destes investimentos, que



anteriormente se encontravam relevadas na rubrica imobilizada. A senhora Deputada solicitou ser informada sobre este assunto. Para terminar, a senhora Deputada mostrou-se preocupada com o processo judicial relativo à anulação do concurso público internacional, para selecção do parceiro privado no quadro da constituição da empresa Águas do Ribatejo, porque, de acordo com a senhora Deputada, tal poderia implicar a banca rota. -----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Luísa Pato (PSD)**, referindo ter dúvidas sobre a questão da possível indemnização que a CIMLT teria que conceder ao agrupamento de empresas que tinha feito queixa contra a CIMLT, no âmbito do processo Águas do Ribatejo. Quis saber se, da parte do Conselho Executivo, esta situação estava salvaguardada para o futuro, na eventualidade de ter que ser pago algum valor.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Torres**, lembrando que em 2003 a CIMLT tinha sido assediada, no bom sentido, pelo grupo Águas de Portugal para criar um sistema multimunicipal e para aderir às Águas de Portugal. Não foi esse, na altura, o entendimento dos Presidentes dos Municípios associados. Assim, em 2003, a CIMLT iniciou o processo de constituição de uma empresa intermunicipal, que começou por ser 51% dos Municípios e 49% de uma empresa privada, sendo que todas as decisões que fossem tomadas na empresa seriam previamente decididas na CIMLT. Tal não veio a acontecer e a CIMLT acabou por criar uma empresa intermunicipal, com 100% de capitais públicos. De referir ainda que a primeira opção era de 51% para os Municípios e 49% para o privado, porque na altura a legislação das empresas intermunicipais dizia que se as mesmas fossem 100% públicas relevava para a capacidade de endividamento dos Municípios. Actualmente, as Águas do Ribatejo já pediram um empréstimo de 20 milhões de Euros. O senhor Secretário Executivo explicou que na anterior legislação esses 20 milhões de Euros seriam a repartir pelos Municípios que estavam nas Águas do Ribatejo e a relevar para a capacidade de endividamento. Entretanto surgiu nova legislação, a 53 F, que diz que não releva para a capacidade de endividamento, desde

que haja um investimento plurianual, que até pode ter resultados negativos nos primeiros anos, mas depois, se tiver positivos, a IJF analisa o relatório e não releva para a capacidade de endividamento. No que toca à questão efectuada pela senhora Deputada Manuela Cunha, sobre os 13 milhões de Euros, o senhor Secretário Executivo começou por referir que na altura a CIMLT fez uma candidatura ao Fundo de Coesão, a qual mereceu aprovação. Na altura, pela primeira vez, a CIMLT conseguiu cerca de 28 milhões de Euros de Fundo de Coesão, coisa que nunca tinha acontecido. Entretanto, o projecto Águas do Ribatejo teve as vicissitudes todas que se conhecem e a CIMLT teve que fazer uma série de projectos para garantir o financiamento do Fundo de Coesão, isto porque se não o fizesse, após o primeiro ano, 20% adjudicado e com execução, perdia totalmente os 28 milhões do Fundo de Coesão. Portanto, a CIMLT teve na altura que fazer uma série de obras de saneamento. Entretanto fez-se uma reprogramação à candidatura e ficaram duas entidades como executoras: a CIMLT e as Águas do Ribatejo. Então houve necessidade de transferir para as Águas do Ribatejo o imobilizado que a CIMLT tinha feito. Portanto, o senhor Secretário Executivo explicou que esses 13 milhões que surgiam no documento eram o imobilizado que estava no âmbito da CIMLT, que teve que passar para as Águas do Ribatejo. Relativamente à questão dos eventuais 100 milhões de indemnização, o senhor Secretário Executivo lembrou que houve um concurso público internacional, foi seleccionado um parceiro privado e entretanto houve uma Câmara que não quis aderir ao processo. Portanto, todas as opiniões jurídicas que existiam para os Presidentes da Lezíria e para a CIMLT foram as de que, ao sair um Município, com um peso de 30 por cento no processo, não havia condições de prosseguir com o concurso, isto porque teria que haver reequilíbrios económico-financeiros. Todas as opiniões jurídicas dadas foram de que a CIMLT tinha que deitar o concurso abaixo e anulá-lo. A CIMLT anulou e já houve incidências em Tribunal que deram de certa maneira alguma razão à CIMLT. O processo estava naquele momento em Tribunal. O privado meteu uma acção em Tribunal e, de



acordo com o senhor Secretário Executivo, a CIMLT ali estava para responder, no sentido dos argumentos técnicos e jurídicos indicados pelos consultores jurídicos da CIMLT. Relembrou ainda que se o processo não estivesse resolvido na Assembleia Intermunicipal seguinte, a ênfase do ROC iria ser a mesma, até que este assunto estivesse terminado.-----

--- Passou-se de seguida ao **Quarto Ponto da Ordem do Dia -- Apreciação e Votação de Proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2010.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José de Sousa Gomes (PS)**, chamando, em primeiro lugar, a atenção dos senhores Deputados para a inscrição da Assembleia Intermunicipal no Plano. De acordo com o senhor Presidente, daí transpirava o espírito da CIMLT, no sentido de que esta entidade trabalhava para um conjunto de Municípios e não apenas para um. No que diz respeito aos objectivos estratégicos, o senhor Presidente frisou que a CIMLT tinha o planeamento e a gestão estratégica, a promoção, gestão e acompanhamento dos planos, a qualificação dos recursos humanos, a articulação institucional com as entidades, quer da Administração Central quer com outros organismos, e a promoção e articulação entre os Municípios para a obtenção de ganhos de eficiência, eficácia e economia. Existia, portanto, um espírito de solidariedade, que estava patente permanentemente nas relações entre os Municípios que constituíam a CIMLT. No que toca aos objectivos específicos, o senhor Presidente chamou a atenção para o facto deles também dizerem respeito a todos os Municípios. No que toca ao primeiro objectivo, o Programa Territorial, ele era a base para a CIMLT atingir a contratualização do âmbito do QREN. O senhor Presidente recordou a Carta Social da Lezíria, que foi pioneira, tal como as Cartas Educativas que a CIMLT mandou fazer e a Carta Desportiva da Lezíria e da Eficiência Energética da Lezíria do Tejo. Estas eram, no fundo, acções conjuntas de diagnóstico nos vários Municípios, no sentido de se

conhecer melhor a Lezíria. No objectivo 2 surgia sobretudo o acompanhamento dos estudos e projectos que preocupavam os Municípios e, inclusivamente, a gestão do QREN, que era no fundo a gestão da aprovação e apreciação das candidaturas feitas no âmbito da contratualização. O senhor Presidente mencionou que a qualificação dos recursos humanos era uma preocupação permanente da CIMLT, complementada com os Sistemas de Informação Geográfica e com o Ribatejo Digital, que eram uma bandeira da CIMLT na medida em que os Municípios associados têm sido um exemplo nesta área da sua actividade. Por fim, nos pontos 4 e 5 surgiam mais algumas acções que eram nitidamente acções de conjunto, de consenso e de estratégia dos vários Municípios, no sentido de se obterem ganhos com o estudo de algumas acções que diziam respeito a todos os Municípios. O senhor Presidente terminou a sua intervenção dizendo que esta era a essência do Plano, depois transformado em números através do Orçamento respectivo. Tinha sido um Plano aprovado pelo conjunto dos Municípios, com 9 votos a favor e 1 abstenção no Conselho Executivo da CIMLT. Portanto, no fundo, tratava-se de um Plano e Orçamento que resultava do consenso de todos aqueles que faziam parte da CIMLT.--

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Pernes (CDU)**, começando por dizer que a CIMLT tinha trazido um valor acrescentado aos Municípios que nela estavam integrados. Um valor que, segundo o Deputado, ainda não se estava em tempo de fazer história nem balanço, mas que o futuro iria dizer que tinha sido realmente um grande valor acrescentado à acção, nomeadamente nas economias de escala. Ainda estaria por fazer essa história. Dos resultados recentes, nomeadamente nos que vinham anunciados no Relatório de Actividades, o senhor Deputado disse estar à espera que o Orçamento perspectivasse um número de obras limitado, mas já encaminhado. No entanto, considerava lapidar o primeiro parágrafo, uma vez que mencionava que o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2010 seriam marcados pelo facto de, até 31 de Dezembro de 2010, se proceder à avaliação intercalar no QREN. O senhor Deputado mostrou-se também preocupado com os



números do Orçamento, que pouco passavam dos dois milhões de Euros, e perguntou se não estava mesmo perspectivado em 2010, antes da data de 31 de Dezembro, avançarem-se com projectos aprovados e com acesso ao QREN. Questionou ainda se não havia candidaturas naquele momento que permitissem ter alguma expectativa de mais obra. De acordo com o senhor Deputado, não era indiferente a existência de mais obra, dada a situação económica e social vivida pelo País: mais obra significaria mais postos de trabalho e mais perspectivas de desenvolvimento do País.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, felicitando a CIMLT por liderar um processo que lançou concurso para a actualização dos Mapas de Ruído dos Concelhos que integram a Comunidade. Na opinião do senhor Deputado, esta era uma iniciativa que importava distinguir, em face da crescente importância que este tema vinha tendo no seio das Comunidades e Municípios. O senhor Deputado quis saber quais os mecanismos que a Assembleia Intermunicipal possuía para acompanhar o andamento do processo, bem como ter uma participação mais activa. Lembrou que já foi produzido o primeiro relatório de acompanhamento, conforme descrito no Relatório de Actividades, e que gostaria de acompanhar não só a actualização dos Mapas de Ruído, mas também a delimitação acústica de zonas sensíveis e mistas que seriam propostas. Frisou a importância destas delimitações, uma vez que vinculam posteriormente as opções tomadas pelos particulares. Relativamente ao laboratório de ruído, o senhor Deputado disse ter verificado que desde 2003 fazia parte da actividade da CIMLT a elaboração de ensaios acústicos, na óptica do ruído e da incomodidade, e que esses ensaios eram requeridos pelas Câmaras quando existiam litígios ou queixas por parte dos proprietários, em relação a alguma actividade que pudesse gerar incomodidade, nos termos do Regulamento Geral do Ruído. Verificou também que decorre da própria Lei que foram dados quatro anos aos laboratórios para se acreditarem no âmbito do IPAC. Uma vez que desde 2003 se fazem regularmente ensaios de incomodidade, sendo geralmente

questões melindrosas e que muitas das vezes terminam em Tribunal, o senhor Deputado pretendeu saber qual tinha sido a motivação da CIMLT para entrar nesta actividade na recta final, quando existia um conjunto de laboratórios a tentar a sua acreditação no IPAC, sendo este um processo moroso, e tendo em conta que na CIMLT tinham sido apenas realizadas 27 medições de ruído, o que correspondia a cerca de duas por mês. O senhor Deputado recordou que era o IPAC que no fundo regulamentava e auditava todos os laboratórios existentes, e existia uma iniciativa particular neste âmbito, nomeadamente no Distrito de Santarém. Assim, o senhor Deputado questionou se esta deveria ser uma área em que a CIMLT devesse estar presente. O senhor Deputado terminou a sua intervenção lembrando que tinha sido realizadas três sessões de consultoria neste âmbito, havendo uma orientação e motivação claras para a acreditação do laboratório por parte da CIMLT. Perguntou, então, se ainda era possível levar a cabo esta pretensão. -----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Fernando Manuel Duarte dos Santos (PS)**, congratulando-se com a inclusão da ciclovía entre a Ribeira de Santarém e a Praia do Tejo no Plano e Orçamento. Considerou que a CIMLT estava a valorizar a zona ribeirinha e era de assinalar esta intenção. No que toca à Carta Desportiva da Lezíria do Tejo, o senhor Deputado solicitou um maior esclarecimento daquilo que iria ser e que Concelhos estavam abrangidos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Pauleta (CDU)**, referindo que estavam definidos um conjunto de objectivos que lhe pareciam extremamente importantes do ponto de vista estratégico para a região, nomeadamente os que se prendiam com o Ribatejo Digital e com as acessibilidades de ligação a outros pontos do País. De acordo com o senhor Deputado, tratavam-se de vias importantes que poderiam trazer alterações significativas, para melhor, para a região. O senhor Deputado alertou, no entanto, para o facto do documento referir apenas no geral a construção das variantes e das circulares urbanas, não se percebendo quais eram nem onde. Solicitou então que se fizesse referência a quais seriam em concreto.-----



--- Usou da palavra o senhor **Deputado Hélder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo (PSD)**, referindo que a presente proposta do Plano e Orçamento padecia dos mesmos males que caracterizavam a governação do País. De acordo com o senhor Deputado, apontar um Orçamento de cerca de 2 milhões de Euros, numa altura em que as famílias, as empresas e sobretudo o País atravessava sérias dificuldades económicas e financeiras, poderia ser visto por algumas populações como sinónimo de alguma irresponsabilidade. Na opinião do senhor Deputado, teria chegado a altura de todos, com sentido de responsabilidade, começarem a ponderar de forma séria se a CIMLT deveria estar em tantos projectos como tem estado. Por exemplo, por um lado o senhor Deputado disse reconhecer que a Carta Social da Lezíria do Tejo era extremamente relevante nesta altura de crise, porque os Municípios viam-se obrigados a substituir o Governo nas suas atribuições. Segundo o senhor Deputado, seria essencial saber onde é que os Municípios deveriam investir e como investir, para além de andarem a construir auto-estradas a torto e a direito. No que toca ao projecto Mais Lezíria, o senhor Deputado disse reconhecer que era um projecto meritório, mas talvez não se justificasse na presente altura. Prosseguiu dizendo que era um projecto em que quase todos estavam voluntariamente a roubar competências que eram da responsabilidade do Governo. Assim, de acordo com o senhor Deputado, talvez não fosse a altura mais conveniente. Quanto às custas com o pessoal, o senhor Deputado disse reconhecer, nesta altura de tempos de crise e por causa dos elevados níveis de desemprego, ser importante que as autarquias locais lançassem mão dos seus mecanismos para fazer solidariedade na medida do possível. Porém não podia deixar de falar nas notícias que tinham surgido naquele dia nos jornais regionais sobre o facto de alguns funcionários das Águas da CIMLT (Águas do Ribatejo) serem filhos de Presidentes de Câmara. Reconhecia que tal não era ilegal, mas pouco ético seria de certeza. Relembrou a frase de Júlio César “À mulher de César não basta sê-lo. É preciso parecê-lo”. Na opinião do senhor Deputado tornava-se complicado para os que andavam metidos na política, porque gostavam de fazer

algo pelas populações, terem que explicar às mesmas populações porque é que os Presidentes de Câmara tinham os seus filhos nas empresas às quais de certa forma estavam ligados. Por último, o senhor Deputado quis fazer um reparo a alguma falta de rigor orçamental do ano anterior, que levou à aprovação de várias rectificações do Orçamento. Disse ficar agradado se no actual Orçamento tal não voltasse a suceder. Para acabar, e não obstante estas considerações, disse entender que por estar perante o primeiro Orçamento apresentado depois das últimas eleições, onde os proponentes tiveram indirectamente um mandato popular, devia dar o benefício da dúvida relativamente à sua implementação e por isso o seu sentido de voto era o da abstenção.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José de Sousa Gomes (PS)**, referindo que os Presidentes de Câmara já vinham sendo apelidados neste País de uns grandes malandros, que andavam a vender gato por lebre, mas o senhor Presidente disse ter esperanças que tal não passasse para os filhos. No entanto, parecia que em vez de uma República se estava a viver numa Monarquia e, portanto, os filhos dos Presidentes de Câmara já não tinham direito a trabalhar em determinado sítio, por serem filhos de Presidentes de Câmara. O senhor Presidente considerou ser bastante democrático que os filhos de Presidentes de Câmara pudessem trabalhar onde provassem que tinham mérito para trabalhar, independentemente do órgão onde pudessem estar. O senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção referindo que a CIMLT estava a roubar competências ao Governo e que, embora fosse militante do Partido Socialista, não se importava nada de roubar mais algumas competências. Seria sinal de que a Regionalização tinha sido aprovada. O senhor Presidente disse esperar que num futuro próximo isso pudesse vir a concretizar-se e a CIMLT pudesse vir a ter outras competências. De acordo com o senhor Presidente, quando a CIMLT fez a Carta Social, Carta Desportiva, etc, estava no fundo na busca de argumentos, para que junto do Governo pudesse nomeadamente vir a colher mais alguns benefícios para colmatar omissões que



viesses a detectar através da elaboração dessas Cartas. No que toca ao QREN, o senhor Presidente informou que enquanto no mandato anterior a CIMLT fazia passar pelo seu Orçamento todos os recebimentos e pagamentos dos Fundos Comunitários, porque a contratualização permitia isso, actualmente já não era assim. Todos os pagamentos dos projectos que cada uma das Câmaras candidatava tinham que ser feitos directamente pela CCDR Alentejo. Portanto, não passavam pelo Orçamento da CIMLT. Logo, era evidente que era bastante inferior ao passado. O senhor Presidente disse ter, no entanto, esperanças que depois da elaboração nomeadamente das Cartas e de outros projectos, e através das conversações que viesse a ter com o Governo, a CIMLT pudesse vir a concretizar alguns projectos que não passassem pela contratualização. Em relação ao acompanhamento da elaboração da Carta do Ruído, embora não estivesse determinado nenhum mecanismo para fazer o acompanhamento, o senhor Presidente referiu que a CIMLT estava aberta a que, no âmbito da Assembleia Intermunicipal, fosse criada uma Comissão que pudesse fazer o acompanhamento da elaboração da Carta do Ruído ou de outra qualquer. Adiantou que achava até que seria aconselhável e positivo colher os ensinamentos que porventura pudessem sair dessas Comissões. No que diz respeito aos laboratórios acreditados, o senhor Presidente considerou que o senhor Deputado tinha levantado um problema de alguma equidade, porque a CIMLT, embora fizesse a medição de ruído, não estava ainda acreditada para outro tipo de acções no âmbito do ruído, como eram nomeadamente os pareceres que tinham que se dar na construção de algumas obras apreciadas nos Municípios e que, até à altura, eram os laboratórios acreditados que davam tais pareceres. Era, portanto, uma questão discutível. No entanto, o senhor Presidente explicou que a opção teria sido feita porque, estando já a CIMLT a fazer este trabalho há tanto tempo, era também positivo prestar este outro serviço aos munícipes. Em relação aos Concelhos abrangidos pelos estudos a fazer, referiu que eram todos os Concelhos da CIMLT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Torres,**

referindo que na questão do ruído, a legislação era de 2007 e prolongar-se-ia até 2011. Explicou que em 2006 tinha terminado um Quadro Comunitário de Apoio e estava previsto começar um novo em 2007, mas houve um ligeiro atraso. Assim, a CIMLT só contratualizou em meados de 2009 e fez um compasso de espera para que a acreditação e a elaboração das Cartas do Ruído pudessem ter um financiamento de 75%. Daí que em 2007, quando a CIMLT já tinha esgotado o Quadro Comunitário de Apoio III, não arrancasse logo para a elaboração da Carta do Ruído para o terceiro nível de dia e arrancasse só quando teve financiamento para o projecto ser financiado a 75%. No que diz respeito às variantes e circulares urbanas, o senhor Secretário Executivo mencionou que a CIMLT tinha conversado com Secretários de Estado e Ministros, e que no âmbito da contratualização havia várias variantes previstas ao nível dos Municípios para serem financiadas pelo FEDER da CCDR Alentejo. Um dos casos que já estava aprovado era o da Circular Urbana de Almeirim. Quanto ao Orçamento, o senhor Secretário Executivo lembrou a intervenção do senhor Deputado Carlos Pernes, que falava em 2 milhões face ao Orçamento do ano anterior. Lembrou depois outra opinião, que dizia que o Orçamento devia ser mais reduzido e que a CIMLT não devia entrar em determinadas situações. Relativamente à primeira situação, o senhor Secretário Executivo recordou a explicação do senhor Presidente do Conselho Executivo e referiu que anteriormente os pagamentos da contratualização passavam pela CIMLT e agora não. Para além disso, também havia que fazer referência ao projecto das Águas do Ribatejo, que estava na CIMLT e que já tinha passado completamente para a empresa, reduzindo assim o investimento previsto no Orçamento. No que toca ao projecto Mais Lezíria, o senhor Secretário Executivo explicou que o mesmo estava previsto para 2011 e que a CIMLT estava a tentar obter os maiores apoios, no sentido de que toda a gente pudesse desenvolver uma actividade de convívio e de confraternização. Não uma actividade desportiva e competitiva. O ano de 2010 seria um ano de preparação do projecto, porque este era enorme. Na prática, a CIMLT gostaria de fazer caminhadas, ciclo-turismo e outras



actividades, com muito convívio, destinadas sobretudo a crianças portadoras de deficiência e a reformados, mas não só. De acordo com o senhor Secretário Executivo, tratava-se de um projecto integrador e convergente, onde se teria por exemplo a população de Benavente a conviver com a da Chamusca ou Santarém. Portanto, já estavam à procura de financiamento para o projecto.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José de Sousa Gomes (PS)**, referindo o problema que tinha sido falado, sobre o Governo andar a fazer auto-estradas. O senhor Presidente disse que esse problema tinha para ele um interesse particular. Referiu que já tinha tentado antes das eleições sensibilizar os candidatos do PSD, na altura com a apresentação de alguns documentos, e que gostava muito de convencer o Governo a fazer a por muitos apelidada de auto-estrada rosa, já que resolveria o problema da travessia de Almeirim, Alpiarça e Chamusca. O senhor Presidente considerou que o PSD tem sido no fundo o grande obstáculo à concretização desta auto-estrada, que como se sabia era uma de uma importância extraordinária a nível regional.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Moniz (PS)**, referindo que as Cartas Sociais e Cartas Educativas eram instrumentos estratégicos cada vez mais determinantes para a gestão do território, isto porque gerir recursos humanos, equipamentos, recursos financeiros e transferências do Orçamento de Estado era cada vez mais difícil e tinha que ir cada vez mais ao encontro das populações. Seria através destes documentos estratégicos que se poderia fazer uma melhor gestão. A senhora Presidente prosseguiu a sua intervenção referindo que ninguém se substituí a ninguém e que enquanto não se afastasse das práticas de alguns, e fundamentalmente do pensamento, que cada indivíduo estava sempre a substituir alguém andar-se-ia sempre a atropelar competências e a duplicar intervenções. E quem ficava comprometido eram as populações. A senhora Presidente voltou a frisar que ninguém se substituí a ninguém. As pessoas complementam-se. Prosseguiu dizendo que enquanto não

pensássemos no trabalho de cada um de nós enquanto complemento do trabalho das outras instâncias andaríamos sempre a ficar aquém daquilo que poderia ser o benefício que faríamos chegar aos cidadãos.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Manuela Cunha (CDU)**, lembrando que, e não retirando responsabilidades ao PSD no que dizia respeito à auto-estrada referida pelo senhor Presidente do Conselho Executivo, o Partido Socialista tinha tido maioria absoluta no último mandato.-----

--- Submetido a votação Quarto Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2010, o mesmo foi **APROVADO POR MAIORIA**, com os seguintes votos:-----

--- Votos a favor – 27 (PS, BE e GIGA);-----

--- Abstenções – 23 (CDU, PSD e MICA);-----

--- Usou da Declaração de Voto a senhora **Deputada Maria Manuela Cunha (CDU)**, referindo, em nome pessoal, que a sua abstenção se devia ao facto de que, podendo até concordar com muitas das propostas enunciadas e apresentadas, não podia deixar de constatar que grande parte delas já vinham do ano transacto e não tinham sido executadas, como por exemplo algumas das que incluíam as actividades relevantes ou prementes. Por exemplo, a manutenção da Vala de Almeirim ou a questão das energias renováveis. Por outro lado, não podia deixar de estranhar que um Orçamento que se preocupava com a mobilidade não fizesse uma única referência à via férrea, quando estava prevista uma obra de desvio da linha em Santarém. Para finalizar, disse estranhar a ausência da palavra Alviela do documento, quando ele tinha sido uma das maiores preocupações da dita Agenda XXI, que Agenda XXI não seria com certeza.-----

--- Passou-se de seguida ao **Quinto Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta de Designação de Secretário Executivo**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José de**



Sousa Gomes (PS), explicando que, dado o trabalho desenvolvido pelo Dr. António Torres, a competência revelada e o interesse que tinha pelas questões da Lezíria a CIMLT voltava a propô-lo para um novo mandato.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Moniz (PS)**, passando a ler o original da proposta: “O Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) em reunião de doze de Novembro de dois mil e nove deliberou aprovar a proposta de designar António Manuel de Carvalho Torres para assumir as funções de Secretário Executivo, em Comissão de Serviço, sendo a sua remuneração igual e indexada à de Director Municipal (índice cem), acrescida de Subsídio de Despesas de Representação equiparado ao de Director Municipal, sendo ambos actualizáveis com os aumentos em vigor para a Função Pública. De acordo com a alínea d) do número um do artigo décimo nono dos Estatutos da CIMLT, publicados na Segunda Série do Diário da República, com o número duzentos e dez, de vinte nove de Outubro de dois mil e oito, submete-se à apreciação e votação da Assembleia Intermunicipal da CIMLT a designação de António Manuel de Carvalho Torres para assumir as funções de Secretário Executivo, em Comissão de Serviço, bem como a sua respectiva remuneração (alínea n) do artigo décimo sétimo dos Estatutos da CIMLT).” A senhora Presidente explicou de seguida que se iria proceder a uma votação em urna.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Inês da Nóbrega Guilherme Pimenta D'Aguiar (CDU)**, sugerindo que, não pondo em causa o mérito da pessoa, fosse feita uma apresentação sucinta do currículo da pessoa que se estava naquele momento a propor, para que os senhores Deputados pudessem apreciar e votar a proposta.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Moniz (PS)**, registando a preocupação da CDU. Relembrou, no entanto, que o Conselho Executivo da CIMLT era composto por todas as forças políticas que estavam representadas na Assembleia Intermunicipal, à excepção dos movimentos independentes, e que a proposta em causa tinha sido aprovada por maioria pelo

Conselho Executivo. No entanto, reservava ao Conselho Executivo a resposta à solicitação.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Manuela Cunha (CDU)**, fazendo uma observação sobre a aprovação pelo Conselho Executivo. Essa aprovação tinha ocorrido no dia 12 de Novembro de 2009. De acordo com a senhora Deputada, teria sido interessante ter a acta dessa reunião. Explicou que tinha sido entregue aos senhores Deputados um conjunto de actas nos documentos preparatórios para a presente sessão, mas nenhuma acta do novo Conselho Executivo. Disse ainda não se justificar que não tivesse sido entregue a acta de dia 12 de Novembro, porque desde então já tinha havido outra reunião do Conselho Executivo, que tinha sido a reunião onde fora aprovada a proposta do Orçamento. Por isso, a acta já devia estar normalmente aprovada e já deveria ter sido distribuída.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Moniz (PS)**, solicitando ao Conselho Executivo que remetesse para as reuniões da Assembleia Intermunicipal todas as actas aprovadas até à realização das mesmas Assembleias, para que os senhores Deputados tivessem acesso a toda a informação.--

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José de Sousa Gomes (PS)**, informando que o Dr. António Torres era licenciado em Planeamento e Ordenamento do Território, estava ao serviço da CIMLT há 16 anos, desde 1994, tinha sido eleito no Conselho Executivo por 9 votos a favor e 1 abstenção, tendo faltado à reunião o senhor Presidente da Câmara Municipal da Golegã. Prosseguiu mencionando que o Dr. António Torres tinha vindo para a CIMLT por solicitação dos Presidentes dos Municípios associados, visto que era técnico da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo e trabalhava com questões relacionadas com todos os Municípios da Lezíria. A competência relevada já ao serviço daquela entidade tinha levado na altura a AMLT (Associação de Municípios da Lezíria do Tejo) a convidá-lo a vir desempenhar funções na entidade, tendo-o sempre feito com competência ao serviço dos vários Municípios. Por isso, a CIMLT voltou a propô-lo, para prosseguir

nas mesmas funções.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Pernes (CDU)**, explicando ser natural que na bancada da CDU existisse algum desconhecimento em relação à pessoa em causa, porque a maioria dos elementos estava pela primeira vez na Assembleia Intermunicipal. Por outro lado, dado que a CDU apenas tinha de momento três presidências de câmara, nos outros Municípios onde não teve votos para ganhar era natural que os eleitos da CDU desconhecessem a actividade do Secretário Executivo da CIMLT. O senhor Deputado terminou a sua intervenção afirmando que conhecia a actividade do Dr. António Torres e que a considerava positiva. Com isto queria dizer que pessoalmente iria votar favoravelmente, embora o voto fosse secreto.-----

--- Submetida a votação, através de Voto Secreto, a Proposta de Designação de Secretário Executivo, o mesmo foi **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor – 30;-----

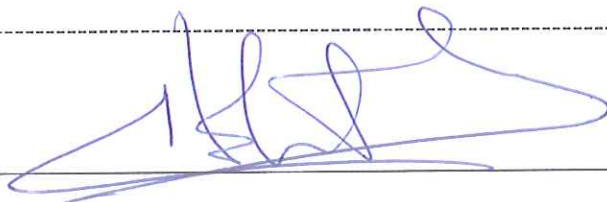
--- Votos contra – 4; -----

--- Abstenções – 15;-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Moniz (PS)**, dando por concluída a Ordem de Trabalhos, desejando a todos um Bom Ano, cheio de saúde e de muitos sucessos, fazendo votos de bom trabalho.-----

--- Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pela Presidente, Vice Presidente e Secretária da Mesa.-----

--- A PRESIDENTE

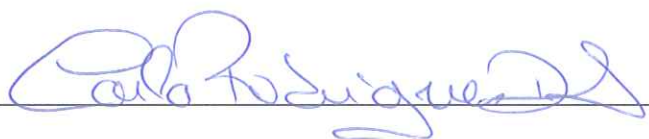


--- A VICE PRESIDENTE

Ana Paula Fernandes Gonçalves

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA
LEZÍRIA DO TEJO

--- A SECRETÁRIA

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Carla Rodrigues', is written over a horizontal line. The signature is fluid and cursive.